



Plenário

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

BOLETIM INFORMATIVO Nº 18



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de
Seguridade Social e Família

14 DE AGOSTO DE 2019

CSSF OUVI O MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

A Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) ouviu, em audiência pública realizada na quarta-feira (7), o ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo. A reunião foi requerida pelas deputadas federais Fernanda Melchionna (PSOL-RS) e Talíria Petrone (PSOL-RJ).

Este é o sexto chefe de pasta do executivo convidado a participar de reunião na comissão desde o início dos trabalhos legislativos. Na oportunidade, foram discutidas as políticas externas do Brasil referentes aos temas relacionados à saúde, a previdência, a assistência social e a família, de escopo do colegiado.

Durante os debates da audiência pública, entre os deputados que acompanharam a explanação, cerca de dez parlamentares fizeram uso da palavra.

A CSSF, segundo maior colegiado da Câmara em termos de número de deputados e de amplitude temática, recebeu, ao longo dos seis primeiros meses de atuação em 2019, o ministro



da Saúde, Luiz Henrique Mandetta; a ministra da Agricultura, Tereza Cristina; o ministro da Cidadania, Osmar Terra; o ministro da Economia, Paulo Guedes; e a ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, Damares Alves. Além dos chefes de pasta no executivo, os deputados da comissão também puderam ouvir esclarecimentos e apresentar ques-

tiões aos representantes de órgãos do Executivo e da sociedade civil organizada, como foi o caso das audiências em que participaram o secretário especial da Previdência e Trabalho, Rogério Marinho; o presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), William Dib; e o presidente do Conselho Nacional de Saúde, Fernando Pigatto.

AUDIÊNCIA DEBATE GESTÃO DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA



A Subcomissão Permanente de Saúde realizou na quarta-feira (7), audiência pública com os técnicos do ministério para debater alguns dos cinco eixos temáticos da atenção básica: a gestão, recursos e planejamento, que tem a relatoria da deputada Adriana Ventura (NOVO/SP). O outro eixo é a assistência farmacêutica, que tem como relatores os deputados Dr. Frederico (Patriota-MG) e Pastor Gildenemyr (PL-MA). A audiência foi solicitada pela presidente do colegiado, deputada Carmen Zanotto (Cidadania-SC).

Deputado Dr. Frederico cobrou o planejamento estratégico de cada área para propor a solução de problemas pontuais, o parlamentar apontou a falta de publicidade da relação nacional de medicamentos como o maior gerador de judicialização nos municípios. “Não temos de forma clara, a atribuição de competência de quem são os medicamentos, especialmente de zona cinzenta.”

Na apresentação dos dados a diretora do departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos, Sandra de Castro Barros, abordou, entre outros assuntos, os medicamentos de alto-custo. “Temos dotação orçamentária para o gasto com medicamento judicializado, porém o ministério possui elevado investimento em programas que já promovem acesso à medicação.”

O coordenador-geral de Assistência Farmacêutica e Medicamentos, Alvimar Botega, também reforçou os debates. “Temos ainda 1.200 municípios que não possuem ‘Farmácia Popular’. Mas faz parte do

planejamento do nosso departamento, a mudança do financiamento da assistência farmacêutica com base em critérios mais equânimes, para que seja possível fazer o repasse para atender os municípios que possuem mais necessidade de remédios.”

O subsecretário de Planejamento e Orçamento do Ministério da Saúde, Arinaldo Bomfim Rosendo e o coordenador-geral de Sistemas de Informação e Operação do SUS (Datusus), Henrique Nixon Silva, dividiram os dados relacionados ao prontuário eletrônico. “A ideia é interligar os mais de dois mil tipos de prontuários eletrônicos e cada um tem a sua especificidade. Nosso desafio é unificar e criar o prontuário único do paciente”, disse Silva. Sobre o monitoramento do planejamento, Rosendo complementou: “Dentro de cada item da saúde, nós buscamos trazer para dentro do orçamento a economia de custo. Esse prontuário eletrônico vai trazer redução de custos.”

MAIS SAÚDE EM DEBATE



Foto: Cláudio Araújo

Durante a deliberação da pauta da subcomissão, os deputados votaram em bloco e aprovaram os requerimentos que pedem a realização de novas audiências públicas. São eles: REQ 3/19, de autoria da deputada Adriana Ventura (NOVO-SP), que vai debater o “financiamento da saúde

pelos entes federados”.

O REQ 4/19 também de autoria da parlamentar, para debater a “revisão de instrumentos de gestão do SUS”. Durante a votação, a requerente encaminhou a indicação do nome do professor Giovanni Guido Cerri em substituição ao Dr. Claudio Lottenberg,

presidente da United Health Group Brasil e do Instituto Coalização Saúde.

Outro item aprovado foi o REQ 5/19, que propõe avaliar a “regionalização, consórcios públicos de saúde, hierarquização de procedimentos e a informatização da atenção no SUS”. Além do REQ 6/19 para discutir a “avaliação de instrumentos de planejamento federais na saúde e a criação de plano decenal da saúde”. Ambos também de autoria da deputada Adriana Ventura.

A última proposição da pauta foi o REQ 7/19, que solicita audiência para analisar a “situação da Assistência Farmacêutica no país”. A medida é de autoria do deputado Dr. Frederico (PATRIOTA-MG) e também foi subscrito pela Deputada Adriana Ventura.

TRATAMENTO DA CRIANÇA TRAUQUEOSTOMIZADA É DEBATIDO

Audiência pública realizada pela Comissão de Seguridade Social e Família debateu na quinta-feira (7), o tratamento de crianças com traqueostomia. O debate foi proposto pelo o deputado Dr. Zacharias Calil (DEM-GO), que ressaltou a preocupação com o índice de mortalidade de crianças, especialmente as lactentes e os recém-nascidos. “Esses pacientes necessitam de cuidados intensivos e padronização dos cuidados”, destaca Calil.

“O grande dilema das mães está na alta da criança que passou pela traqueostomia”, alertou a médica Melissa Avelino, ex-presidente da Academia Brasileira de Otorrinolaringologista Pediátrica (ABOpe). “As limitações vão além da comunicação, a rotina dentro de casa muda. Após a alta médica as mães viram enfermeiras e precisam fazer os procedimentos para manutenção de equipamentos dentro de casa. É preciso criar protocolos de cuidados a essas crianças”, disse.

O médico Eduardo Baptistella, representante da Associação Brasileira de Otorrinolaringologia e Cirurgia Cérvico-Facial (ABORL-CCF), destacou a necessidade de existir a notificação compulsória pelo ministério.



Foto: Cláudio Araújo

“É dever do Estado resolver este problema. Seria importante existir uma portaria para solução deste problema. Nós da associação estamos aptos para ajudar na certificação.”

Também participou o representante do Ministério da Saúde, Maximiliano das Chagas Marques. Ele destacou o atendimento da atenção primária e a necessidade de trazer para o legislativo ações legais, como a MP Médicos pelo Brasil. Para Vinícius Ribas Fonseca, presidente da Academia Brasileira de Otorrinolaringologia Pediátrica (ABOpe) “é necessário, por parte do ministério, dados mais fidedignos e revisão dos conceitos da

atenção dada às crianças traqueostomizadas.”

Renata Cantisani Di Francesco, representante da Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP), aponto a necessidade de criar políticas para definir equipe de orientação das mães. “Muitas são orientadas pelos pediatras e por familiares, enquanto precisam de equipe multidisciplinar”, disse.

Durante os debates, médicos especialistas na área que acompanhavam o debate, também tiveram oportunidade de participar e pontuar os problemas que enfrentam no dia-a-dia.

EXPEDIENTE

Presidente
Dep. Antônio Brito

2º Vice-Presidente
Dep. Marx Beltrão

Secretário:
Rubens Carneiro Filho

Edição:

1º Vice-Presidente
Dep. Alexandre Serfotis

3º Vice-Presidente
Dep. Misael Varela

Redação:

Diagramação:

[f @seguridade.CD](#)

[t @Cssf_seguridade](#)

cssf@camara.leg.br

www.camara.leg.br